

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)**

**PARECER Nº:** 0193/2017

**OBJETO:** Projeto de Lei Complementar n.734, de 06 de dezembro de 2017, que “Aumenta o número do cargo que identifica.”.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**RELATOR:** Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de projeto que visa criar 08 cargos de supervisor educacional I, em razão do aumento de turmas de alunos.

### **2. CONSTITUCIONALIDADE**

Sob o enfoque da constitucionalidade **formal**, o projeto não contém vícios, porquanto observadas as regras pertinentes a:

- a) Competência do ente federativo, já que cabe privativamente ao Município legislar sobre assunto de interesse local, nos termos do art. 30, I da Constituição Federal e arts. 12 e 67 da Lei Orgânica Municipal.
- b) Iniciativa legislativa, no caso, é privativa do Poder Executivo Municipal, com fulcro no art. 73 da Lei Orgânica Municipal.
- c) Categoria legislativa, na espécie, o Projeto de Lei Complementar é adequado à normatização proposta e está em consonância com os comandos previstos no art. 72 da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à constitucionalidade **material**, a princípio, não se infere a existência de vício, vez que cabe ao Executivo a iniciativa e análise da conveniência e oportunidade da criação, aumento, redução e extinção de cargos, necessários à prestação dos serviços públicos.

#### **2.1 Juridicidade**

O Projeto de Lei não apresenta vícios de juridicidade, eis que observa os aspectos da inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercibilidade e generalidade. Ademais, não se pode perder de vista a necessidade de observância do disposto no art. 43 da Lei Orgânica:

*Art. 43. A despesa com o pessoal ativo e com o inativo do Município não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.*

*Parágrafo único. A concessão de vantagem ou o aumento de remuneração, a criação do cargo ou a alteração de estrutura de carreira, e a admissão de pessoal, a qualquer*

*título, por órgão da administração direta ou entidade de administração indireta, só podem ser feitos:*

*I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;*

*II – se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.*

## **2.2 Técnica Legislativa**

A técnica legislativa restou observada, já que do conjunto normativo apresentado, não se infere a inclusão de matéria estranha ao tema versado.

Ressalte-se que, em linhas gerais, o referido projeto foi confeccionado observando-se as regras descritas na Lei Complementar Municipal nº 400, de 9 de abril de 2013.

## **3. VOTO**

Em razão do exposto, **voto pela admissibilidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar em referência.**

É como voto.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 11 de dezembro de 2017.

**Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM**  
**Relator**

**Votamos de acordo com o relator.**

**Vereadora MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO – DALVA MOTA**  
**Membro**

**Vereador ISAIAS MARTINS DE OLIVEIRA**  
**Membro**